

Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e ressignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII

**Jesuits aldeamentos in capitania do Espírito Santo: colonial
occupation and resignification of the indigenous ethnicity between
the sixteenth and eighteenth centuries**

Ricardo Batista de Oliveira

Doutorando em História

Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS-UFU)

ricardooliveira06@hotmail.com

RESUMO: Analisaremos neste artigo a influência da ação jesuíta no que se refere ao esquadrinhamento do território espírito-santense, aspectos em que os aldeamentos jesuítas contribuíram ou serviram de obstáculo para as autoridades coloniais e, especialmente, como a nova dinâmica vivenciada pelos indígenas nos aldeamentos desencadeou uma série de rearranjos dos mais variados e a ressignificação de sua identidade étnica a partir das novas alianças firmadas.

PALAVRAS-CHAVE: Aldeamentos, Alianças, Etnicidade indígena.

ABSTRACT: We will review in this article the influence of the Jesuit action in relation to the exploration of the territory of Espírito Santo, respects in which the Jesuits aldeamentos (indian villages) contributed or served as a barrier to the colonial authorities, and especially how the new dynamics experienced by indigenous people in aldeamentos triggered a series of rearrangements of the most varied and redefinition of their ethnic identity following the new alliances signed.

KEYWORDS: Aldeamentos, Alliances, Indigenous ethnicity.

Introdução

Em 1549, os jesuítas, padres da Companhia de Jesus, desembarcaram na América Portuguesa. Eles chegaram com o primeiro Governador-geral, Tomé de Souza, ocupando papel importante na obra de redução indígena¹ e, dois anos mais tarde, alcançaram o Espírito Santo. Com métodos muitas vezes brandos, os padres converteram um grande número de indígenas ao cristianismo, embrenharam-se pelos sertões – então só assinalados de forma imprecisa pela cartografia – com o intuito de conduzir os indígenas entendidos como hostis aos aldeamentos e, assim, propagaram a fé cristã. Com isso, no caso do Espírito Santo, (como em outras partes da América Portuguesa) asseguraram para a Coroa Portuguesa – mesmo que, em alguns casos, de forma momentânea – possessões territoriais que iam se distanciando timidamente do litoral. Não obstante, a suposta sujeição, ou melhor, estratégia de vivência/sobrevivência, dos indígenas ao

¹ Os aldeamentos dirigidos pelos jesuítas também eram conhecidos como *missões* ou *reduções*.

cristianismo resultou em um grande dano à sua autonomia e na acelerada transformação da sua cultura. Por sua vez, isto não deve ser entendido de forma reducionista, como um mero processo de “aculturação” ou perda da “identidade indígena”, como ainda se lê em diversos textos. Antes, como ressignificação da identidade indígena dentro de uma grande gama de rearranjos que se deram a atender os mais variados interesses. Por outro lado, a ideia imediatamente oposta à “perda” ou à “resistência” indígena,² também não nos parece muito frutífera, pois deixa ao largo a capacidade de reconstrução identitária, social e cultural do índio. Novas abordagens, como o estudo das complexas redes de sociabilidades existentes no universo colonial, que permitiram uma imensa gama de rearranjos identitários, e a valorização da historicidade dos índios, possibilitam um novo aspecto da história indígena, não mais limitado à ótica do conquistador. Não podemos resumir a História Indígena ao extermínio e “perda identitária” e, muito menos, à manutenção da ideia de índio “primitivo”. Devemos reconhecer a capacidade indígena de tomada de decisões e de negociação.³ Cristina Pompa, na introdução de *Religião como Tradução*, coloca acertadamente que:

[...] mais do que recuperar uma suposta originalidade indígena e reconstruir o quanto foi “perdido” ao longo do processo de contato, a pesquisa pode, mais realisticamente, tentar entender as linhas essenciais deste percurso de mediações.⁴

Ao passo que muitos indígenas buscavam os aldeamentos para se proteger dos ataques de outros índios, que lhes eram inimigos ancestrais ou passaram a ser com os inúmeros rearranjos ocasionados pela presença europeia⁵, e da escravização por parte dos colonos, que, em não raros casos, eram levados de forma compulsória, suas práticas ancestrais passaram a sofrer transformações num ritmo muito acelerado. Com a introdução destas aldeias artificiais, os índios tiveram sua organização social profundamente alterada, sobretudo ao se fixarem nelas, desviando o seu traço volante, assim como abandonando o costume da poligamia, o que refletia na redução dos laços de parentesco indígena e alterava a lógica de alianças interétnicas. Ademais, foram pressionados a integrar uma lógica produtiva, sendo sua mão de obra amplamente utilizada em práticas agrícolas, corte e transporte de madeira, coleta de drogas do sertão, defesa de postos avançados e, sobretudo, em incursões pelos matos como soldados ou *linguas*.⁶ Neste contexto,

² Refiro-me aos confrontos abertos, ao uso da força, e não a formas mais sutis de resistência que, durante muito tempo, não receberam a devida atenção por parte dos pesquisadores que tratam do tema indígena.

³ Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19.

⁴ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru-SP: EDUSC, 2003, p. 27.

⁵ As guerras intestinas, já existentes em períodos anteriores à presença dos portugueses, ganharam uma nova dinâmica com a presença europeia, tornando-se, então, quase que contínuas.

⁶ O *lingua*, ou intérprete, desempenhava importante papel como intermediário cultural entre índios e não-índios. Muitas vezes estava condenado a vagar entre dois mundos, levantando desconfianças tanto entre os “seus” (índigenas), quanto entre os “outros” (não-índios).

novas estratégias cotidianas de vivência e sobrevivência, tiveram que ser empregadas por vários grupos indígenas.

O caso a seguir é um bom exemplo do que John Monteiro chamou de “etnicidade construída no contexto da colonização”, proporcionando uma perspectiva para as interpretações sobre a identidade étnica dos grupos indígenas. Tal identidade que, agora, passa a ser entendida como um processo de reformulação e (re)significação feita pelos próprios índios, “[...] de acordo com as circunstâncias e interesses dos grupos envolvidos”⁷.

Por volta de 1555, o chefe guerreiro dos Maracajás⁸, grupo étnico Tupi que se localizava na Baía da Guanabara no Rio de Janeiro, Maracajaguaçu (Grande Gato), ao se ver encurralado por seus inimigos (os Tupinambás, Tamoios e seus aliados franceses), aliou-se aos portugueses como forma de garantir sua sobrevivência e de sua parentela. Em troca do possível auxílio prestado pelos portugueses, ele e os demais índios de seu grupo deveriam tornar-se cristãos. Diante disto, Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário do Espírito Santo, não hesitou. Transportou os Maracajás liderados por Maracajaguaçu para a referida capitania e, assim, garantiu a aliança que seria a chave para a sua resistência frente aos índios que relutavam em se alinhar com os interesses dos colonos no Espírito Santo.⁹ Uma vez instalado no aldeamento jesuíta de Nossa Senhora da Conceição (hoje Serra), o índio Maracajaguaçu desempenhou papel decisivo no processo de aliança de seu povo com os colonos espírito-santenses.¹⁰ Em situações como essa, a autoridade nominal indígena era reconhecida pelo governo colonial como estratégia de se obter controle sobre o grupo. Os indígenas *principais* (líderes indígenas), muitas vezes poderiam continuar mantendo relativa liderança sobre sua parentela, mesmo que esta fosse limitada pela ação dos padres jesuítas. Maria Regina Celestino de Almeida aponta para o fato de que a “política

⁷ MONTEIRO, John Manuel. A descoberta dos índios. *D.O. Leitura*, São Paulo, suplemento 500 anos de Brasil, ano 17, n. 1, p. 6-7, maio de 1999. Apud: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000, p. 46.

⁸Embora exista uma “convenção” publicada na Revista de Antropologia em 1954, a qual visou uniformizar a escrita dos nomes das sociedades indígenas nos textos de língua portuguesa, “etnólogos estrangeiros não a usam e mesmo os brasileiros quando a seguem, o fazem parcialmente”. Portanto, sigo neste texto a sugestão do professor Júlio Cesar Melatti quanto ao uso da grafia oficial para a escrita dos nomes das sociedades indígenas. Ver: *Revista de Antropologia*. São Paulo, vol. 2, n. 2, 1954, pp. 150-152; MELATTI, Júlio Cesar. Convenção para a grafia dos nomes tribais. Captado em: <http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.htm>. Acesso em: 10 set. 2011.

⁹ Em 1550, pressionado pelos constantes ataques indígenas que assolavam o Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho transferiu a sede da capitania para a ilha de Santo Antonio, a qual receberia o nome de Vila de Nossa Senhora da Vitória, em função do sucesso alcançado contra as investidas de grupos indígenas resistentes à implantação da empresa colonizadora. É importante diferenciarmos o tipo de contato entre índios e não-índios que se desenvolvia neste contexto. Diferente da presença europeia pontual observada no período pré-colonial, o episódio analisado ocorre por ocasião do regime de Donatarias (Capitanias Hereditárias). A tentativa de implantação de uma “empresa colonial”, portanto, de maior vulto do que ocorrera antes, colocava portugueses em choque com as populações indígenas que tinham o seu território invadido.

¹⁰ SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 21-24.

de agradar e enobrecer lideranças indígenas em situação colonial [...] iria se manter até o século XVIII [...]”¹¹ Tal prática repetiu-se no Leste de Minas até o início do século XIX, já no contexto dos Aldeamentos Régios.¹²

Entre os inúmeros trabalhos prestados aos portugueses, destaca-se, pelo menos na história tradicional, o apoio militar do chefe guerreiro Maracajaguaçu no combate aos franceses e Tupinambás no Rio de Janeiro no ano de 1560, ao enviar o seu filho, Araribóia (Cobra Feroz), liderando um grande contingente indígena na expedição chefiada por Estácio de Sá.¹³ Contudo, nos previne Almeida que “[...] se [Araribóia] veio ao Rio com Mem de Sá para destruir o forte Coligny (1560) foi na condição de soldado anônimo”, tendo aparecido com destaque somente em 1564, ao fundar a aldeia de São João em solo espírito-santense.¹⁴

A veracidade da acenada liderança de Araribóia na expedição de Estácio de Sá é tomada como secundária por Almeida. Ao analisar a Carta de Anchieta ao padre Diego Lainez, datada de 1565, a autora percebe a imensa gama de “possibilidades de rearticulação de alianças e inimizades dos índios entre si e com os europeus” e sugere a possibilidade de novas interpretações sobre as crônicas que apontam os Tupinambás como inimigos ancestrais dos Tamoio e Tupiniquim.¹⁵ Almeida problematiza a etnia Temiminó, mostrando que esta foi edificada na conjuntura do acirramento dos embates indígenas no Espírito Santo e depois no Rio de Janeiro, sendo, portanto, a etnia Temiminó construída a partir do contato com os portugueses.

Com a derrota dos franceses em 1560, o Rio de Janeiro, sobretudo a zona Oeste da baía de Guanabara, voltou-se para a produção de cana-de-açúcar. Muitos Tupinambás aliados dos franceses foram retidos em cativeiro e passaram a ser vendidos como escravos nas cidades costeiras.

Araribóia deslocou-se da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição e fundou com o padre jesuíta Braz Lourenço, a Aldeia de São João (hoje Carapina). O local teria atraído muitos outros índios Tupis em função da importância que a parentela de Maracajaguaçu alcançara no Espírito Santo. No entanto, conflitos entre colonos e índios, epidemias e, principalmente, a crescente

¹¹ ALMEIDA. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*, p. 49.

¹² Refiro-me, por exemplo, aos postos de comando delegados a indígenas pelas autoridades coloniais. Vários aldeamentos régios tiveram como diretores, indígenas principais de seu grupo étnico no início do século XIX. Ver: OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, p. 106-107.

¹³ ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 77. Ver também: SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1954, p. 47, 56 e 57; SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 23-24.

¹⁴ ALMEIDA. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*, p. 51.

¹⁵ _____. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*, p. 51.

escravização indígena motivaram a evasão daqueles da referida aldeia. O próprio Maracajaguaçu, com todo o prestígio que detinha, afastara-se, sendo mais tarde convencido a retornar à aldeia controlada pelos jesuítas.¹⁶ Tal situação vem demonstrar como os indígenas podiam manter alianças ou não com os adventícios, tendo em vista a obtenção de alguma vantagem, mesmo que essa fosse momentânea. De qualquer forma, estas alianças também não seriam uma forma de resistência? Acreditamos que sim. É importante notarmos que existiram exemplos menos óbvios de resistência empregados por vários grupos indígenas que iam muito além das escaramuças, ataques ou fugas.

Não obstante, as alianças entre indígenas e a sociedade colonial eram, em muitos casos, bastante frágeis. Os índios, notando algum prejuízo, poderiam abandonar os aldeamentos e/ou o alinhamento com determinado grupo da sociedade colonial (ou até mesmo outro grupo indígena) e, a partir daí, rearticular a lógica de alianças de acordo com a situação vivida. Ao enxergar melhor essas escolhas, certamente muitas vezes limitadas às circunstâncias de que poderiam se valer os índios, os pesquisadores interessados no tema indígena têm um novo campo de interpretação, abrangendo um grande leque de formas cotidianas de resistência que, durante muito tempo, não foram tão visíveis, ou ainda, não eram pertinentes aos interesses dos pesquisadores.¹⁷

Governo metropolitano, autoridades coloniais, poder eclesiástico e colonos nem sempre coadunavam os seus interesses e, no emaranhado de disputas que não raras vezes se formava, o elemento indígena, como veremos, poderia ser um importante aliado ou um tenaz inimigo. Já para os indígenas, tais disputas poderiam significar uma brecha para que novas alianças fossem se configurando, entre povos indígenas diversos e/ou entre índios e não índios.

A Donataria do Espírito Santo e as incursões pelo interior: aldeamentos, disputas internas e o sertão como barreira natural

Os povos Ameríndios enfrentaram transformações num ritmo nunca antes visto com a presença europeia. Posto isto, é importante entendermos o universo colonial espírito-santense como “[...] um mundo de rápidas mudanças, de adaptações, de negociações, de construções permanentes de identidades no interior do quadro político extremamente instável”¹⁸.

Ao assumir o governo do Espírito Santo em 1564, o segundo donatário, Vasco Fernandes Coutinho Filho, obteve significativo êxito. Uma de suas principais medidas foi intensificar o

¹⁶ SALETTTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 23-24.

¹⁷ Mesmo tendo quase três décadas de impulso nas pesquisas sobre o tema da História Indígena e, sobretudo, sobre a identidade indígena, acredito que ainda não seja clara a utilização de diversos termos e operações neste campo, como “destruição cultural”, “perda da cultura” e “perda da identidade”, que em última instância acabam por reproduzir, mesmo que em alguns casos sem a clara intenção, a crônica da destruição indígena. Por outro lado, não podemos desconsiderar os múltiplos discursos e narrativas construídas com fins políticos-jurídicos e econômicos.

¹⁸ POMPA. *Religião como tradução*, p. 22.

processo de alianças com os indígenas. No final do século XVI, um grande contingente de índios já se encontrava associado aos portugueses, reduzidos aos aldeamentos comandados pelos jesuítas. Dentre os principais aldeamentos de que se têm notícia até essa época no Espírito Santo estão: Aldeia Nova (hoje Aracruz), Nossa Senhora da Conceição (hoje Serra), Reis Magos (hoje Nova Almeida), São João, Nossa Senhora da Assunção¹⁹ (hoje Anchieta) e Aldeia dos Índios/Vila dos Jesuítas (hoje Guarapari). Embora esses núcleos tenham conseguido se firmar, muitas vezes como pequenas povoações, nenhum deles estava distante do litoral, deixando o sertão espírito-santense ainda quase que inexplorado.

Mesmo com a ação dos missionários jesuítas, a ocupação do interior do Espírito Santo mostrava-se uma tarefa complexa. Esse quadro travava o desenvolvimento econômico da capitania, pois reservas metais e pedras preciosas, madeiras de lei e drogas do sertão, por exemplo, permaneciam praticamente intactas.

A sociedade colonial no Espírito Santo não só não conseguia ampliar seus domínios como também enfrentava muitas dificuldades na manutenção de sua pequena faixa litorânea. Intensificaram-se as pressões ao Norte da capitania pelos deslocamentos dos Aimorés (Botocudos). A essa altura, os indígenas Aimorés não enfrentavam mais a resistência dos Tupiniquins da região de Ilhéus e Porto Seguro, uma vez que estes últimos já estavam muito enfraquecidos pela ação dos portugueses. Os índios Tupiniquins que resistiram às guerras intestinas e ao cativeiro imposto pelos colonos passaram a buscar os aldeamentos jesuítas como forma de proteção. Enquanto isso, os Goitacás travavam qualquer tentativa de avanço da capitania ao Sul²⁰. Novas alianças iam se delineando.

Mesmo diante do quadro supramencionado, com Vasco Fernandes Filho a economia do Espírito Santo começava a ganhar impulso. Registrou-se, então, um aumento da produção agrícola, criação de gado e instalação de engenhos²¹. Neste momento, a cooperação de grupos indígenas foi importante para o avanço das atividades agrícolas e de cunho militar, sobretudo se considerarmos que a população do Espírito Santo – como de toda a América Portuguesa – ainda

¹⁹ A Aldeia de Nossa Senhora da Assunção teve nos anos iniciais de sua ocupação o nome de Iiritiba (ou Reritiba). Quando elevada a vila passou a se chamar Benevende. Em 1887, foi elevada a cidade e recebeu o nome de seu fundador, o padre Anchieta. Ícone da presença jesuítica no Espírito Santo, Anchieta além de fundar missões jesuítas importantes na capitania e facilitar o trabalho de catequese indígena com a elaboração de uma gramática de “Língua Brasileira” contendo os fundamentos da língua Tupi, também se empenhou em questões políticas. Ver: SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*; POMPA. *Religião como tradução*.

²⁰ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 96-97.

²¹ DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, histórica cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879, p. 136-151; Ver também: LEAL, João Eurípedes Franklin. *Economia colonial capixaba. Cuca Cultura Capixaba*, Vitória, s.n, fev. 1977. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/author/joao-euripedes-franklin-leal/>. Acesso em 15 out. 2013.

era bastante escassa. Enquanto a iniciativa da empresa colonial partia dos não-índios, as campanhas militares, não raras vezes, eram engrossadas pelos indígenas aliados.

Os indígenas aliados aos portugueses representavam significativa parcela, quando não a grande maioria, dos responsáveis pela manutenção de pontos habitados, sobretudo daqueles raros que iam se distanciando do litoral.²² No entanto, ao passo que muitos índios livres estavam em “confronto com os brancos e eram arredios à pregação dos jesuítas, [...] os escravizados, embora sensíveis à catequese, eram pouco constantes, voltando frequentemente às práticas pagãs de sua cultura”.²³ Dissuadidos pela escravização, epidemias e maus tratos, muitos indígenas continuavam abandonando os aldeamentos jesuíticos e rumando para os matos.

A partir do final da segunda década do XVII, a ausência de donatários e a péssima administração de seus Capitães-mores levaram a capitania do Espírito Santo a uma nova fase de retrocesso econômico, chegando a ser observada a retração do número de colonos.²⁴ Esta situação só seria revertida com a chegada de Francisco Gil de Araújo, um abastado proprietário da Bahia que comprou a capitania em 1675, incentivando e revitalizando sua economia.

Em carta datada de 06 de julho de 1675, Gil de Araújo “dava conta” ao Rei D. Pedro II

“doestado emque esta a Capitania, qHe omais miseravel qse pode imaginar, tudo cauzado por alguns Capitaens que agovernarão, Eainda agora oq la esta [...]”. Em seguida, o novo donatário do Espírito Santo fala sobre sua intenção de “aumentar” as melhorias na capitania às custas de sua fazenda, “ intenta [em] fazer jornada ao descobrimento das esmeraldas [...]”.²⁵

Ao assumir a donataria do Espírito Santo, Gil de Araújo escreveu ao Rei clamando contra a jornada em busca das minas que faria Jose Gonçalves de Oliveira, o qual havia sido Capitão-mor da capitania de 1671 a 1675. Gonçalves de Oliveira propunha desempenhar a jornada às suas próprias custas, concedendo-lhe o governo apenas 150 índios das aldeias de Cabo Frio, Rio de

²² “A conservação do Brasil se pode dizer que depende da conservação das aldeias; [...] porque elas assombram os inimigos estrangeiros, fazem face aos aimorés, refocão (sic) aos negros de Guine que não se levantem, e aos saltadores de caminhos e fugitivos [...]. Algumas advertências para a Província do Brasil.” Biblioteca Nazionale Vittorio Emmanuele, *Fondo Gesuitico*, 1255 (38) *Apud* CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Les ouvriers d'une vigne stérile*. Les Jésuites ET La conversion dès Indiens au Brésil. 1580-1620. Lisboa, Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2000, p. 317.

²³ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 29.

²⁴ LEAL. *Economia colonial capixaba*, 1977.

²⁵ CARTA do Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 06 de julho de 1675. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 83 (folha 01). Este e os demais documentos utilizados neste texto, oriundos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à capitania do Espírito Santo, fazem parte do fundo: *Documentos avulsos da Capitania do Espírito Santo* e estão disponíveis para consulta na forma de microfiches no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, ou ainda, na forma de CD-ROM. Foi mantida a grafia original neste e nos demais documentos a seguir. O mito da “Serra das esmeraldas”, sustentado pelas informações obtidas por meio de relatos de índios, povoava o imaginário dos primeiros portugueses que se fixavam em terras brasílicas e daqueles que os sucederiam, incitando-os rumo a regiões desconhecidas, a lugares sob o domínio de uma natureza praticamente inexplorada.

Janeiro e Porto Seguro, assim como alguns produtos. Mas Gil de Araújo afirmava que o Espírito Santo “não estava em estado de sem sua presença intentar aquela jornada. Se o regente [o Rei D. Pedro II]²⁶ quisesse ele a custearia de bom grado, pois Jose Gonçalves de Oliveira era incapaz de a levar a cabo”²⁷.

Alguns meses depois, Jose Gonçalves de Oliveira reclamava a D. Pedro II, Rei de Portugal, o fato de ter sido vetada a sua jornada rumo às minas de esmeraldas, expondo que escreveu “o Coronel F.^{co} Gil dearaujo duas Cartas Huma por mar outra por terra dizendo nellas não fizece a jornada por que [Gil de Araújo] avizava a V. A. quea Capp^{ia} era Sua eze não podia obrar nada Sem Sua ordem”²⁸. Por fim, a Coroa acabou posicionando-se de forma favorável a Gil de Araújo, que então receberia as mesmas condições requeridas por Jose Gonçalves de Oliveira.²⁹

Como podemos notar, as autoridades metropolitanas podiam solicitar aos jesuítas o deslocamento de indígenas aldeados em diversas capitâneas a fim de prestar serviços como nas mencionadas expedições. Fica patente que, em tais aldeias, ao lado do discurso de proteção do índio proferido pelos padres, o que se tinha era a tentativa de controle de sua força e o emprego da mesma em atividades, ora alinhadas com interesses dos jesuítas, ora alinhadas com os interesses das autoridades metropolitanas e coloniais. Em alguns momentos, tais interesses se confluíam. Contudo, ao passo que nem sempre as autoridades se entendiam, os indígenas também poderiam “escapar” ao relativo controle dos aldeamentos. Tudo dependia de uma conjuntura onde a mediação dos interesses seria crucial. De qualquer modo, não podemos desconsiderar o fato de que a escravização indígena tenha despertado preocupação entre os padres, ora alinhada com interesses metropolitanos, ora particulares. As relações tensas entre indígenas e colonos deveriam ser habilmente conduzidas. Do contrário, o devassamento e ocupação do território espírito-santense, como aconteceu de fato, poderiam enfrentar sérios problemas.

Ao que parece, Gil de Araújo tinha como principal incentivo para compra da capitania do Espírito Santo a expectativa de encontrar as tão sonhadas esmeraldas. Com esse intuito acusado em sua correspondência, esforçou-se no sentido de impedir que jornadas fora de seu controle adentrassem os sertões em busca das riquezas minerais ocultas, como consta no documento supracitado.

²⁶ Dom Pedro II da Dinastia de Bragança (1640-1710) regente de Portugal entre 1668 e 1706.

²⁷ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 80.

²⁸ CARTA de José Gonçalves de Oliveira, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 15 de março de 1676. CT: AHU-ACL-CU-007, cx.01, doc. 85 (folha 01).

²⁹ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 81.

O caso de José Gonçalves de Oliveira não era raro. Alguns anos antes, em 1667, Agostinho Barbalho Bezerra também não havia conseguido do então Capitão-mor do Espírito Santo, Diogo Seixas Barraca, o atendimento necessário para prosseguir rumo a Serra das Esmeraldas pelo Rio Doce ou São Matheus.³⁰ Esse controle por parte dos dirigentes da capitania do Espírito Santo, que atendia mais aos seus respectivos interesses pessoais, nos conduz a refletir sobre a sua administração. Sem desconsiderar outras questões de ordem econômica e ecológica, não é improvável que disputas internas dessa natureza e, principalmente, a falta de empenho das autoridades no estabelecimento de relações menos desequilibradas entre indígenas e colonos pudessem dificultar a ampliação de suas fronteiras e, por conseguinte, atravancar o seu florescimento econômico.³¹ Esta interpretação contribui para repensarmos o papel ocupado pelo indígena na história do Espírito Santo, quase sempre relegado à condição de entrave ao desenvolvimento da capitania, um opositor ao “progresso”. Os indígenas não foram meros “inimigos”, mas, antes, estavam em muitos casos inseridos em um jogo de acomodação e resistência no qual a própria sociedade colonial também estava sujeita.

Enquanto a Bahia, Ilhéus, Paraíba do Sul, Itamaracá, entre outras capitanias foram quase que expurgadas da presença de colonos nos seus primeiros anos da ocupação colonial e, em alguns casos, praticamente arrasadas por investidas indígenas, o mesmo não aconteceu em Pernambuco e São Vicente, já que puderam estabelecer sua empresa açucareira, em grande medida, a partir da resolução de boa parte dos atritos entre indígenas e colonos.³² Ao lado disso, não podemos ignorar, é claro, o fato há muito conhecido da boa adaptação da cultura da cana nestas duas últimas capitanias.

Sem dúvida era tarefa demasiadamente difícil para os novos colonos e seus governos se instalarem em regiões já densamente ocupadas por populações indígenas, que, na maioria dos casos, eram numericamente superiores aos adventícios. Neste contexto, a mediação dos interesses entre colonos, religiosos, representantes do governo colonial e populações indígenas era importante para melhorar o andamento da capitania espírito-santense.

³⁰ PROPOSTA (traslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo rio Doce ou São Mateus, Espírito Santo, 28 de abril de 1666. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 67.

³¹ A capitania e depois província do Espírito Santo durante muito tempo foi quase que esquecida pelas autoridades metropolitanas e depois do governo Imperial. Luiz Serafim Derenzi assinala que, em meados do século XIX, tanto deputados gerais quanto senadores da Província, em sua maioria, sequer tinham pisado no Espírito Santo. Ainda segundo ele, “Administrativamente a Província não mereceu cuidados do poder central”. DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974, p. 28-29.

³² CONDE, Bruno C. Do açúcar ao ouro: um balanço sobre a economia colonial capixaba. In: FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro; ARTHMAR, Rogério (Org). *Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo*. Vol. 1. Vitória: PPGECO/CORECON - Espírito Santo, 2011, p. 18.

De qualquer forma, é sabido que a referida capitania ocupou um lugar de parca economia até o século XIX, quando o quadro começa a mudar com o cultivo do café e a imigração europeia. Sua atividade açucareira não obteve grandes lucros por muito tempo,³³ enquanto que a mineração nas áreas do Castelo no início do século XVIII foi logo proibida por lei. A própria geografia insular da capital, Vitória, acabou por trazer problemas relativos à viação e abastecimento interno, como assinalou o viajante naturalista Johann Tschudi, já na segunda metade do século XIX.³⁴ Mas boa parte da explicação da escassez dos caminhos observada por Tschudi por ocasião de sua visita se dá em função do papel de “vila fortificada”, delegado à Vitória, no início do XVIII.

Com a descoberta de ouro nos *Sertões dos Cataguases* (depois Minas Gerais) em fins do século XVII, novas determinações da Coroa recaíram sobre o Espírito Santo. A partir da primeira década do século XVIII, as incursões rumo aos sertões que partiam dessa capitania sofreram um grande golpe. Além da resistência de alguns grupos indígenas e de desentendimentos de seus donatários, os espírito-santenses sofreram embargo por parte do governo sobre suas entradas e fixação no interior. Em 1704, restrições ao trânsito dos caminhos que levavam até o litoral atingiram o Espírito Santo.³⁵ Alguns anos depois, mais precisamente em 1710, o Governador-Geral D. Lourenço de Almada confinou a população espírito-santense ao litoral, suspendendo os “trabalhos, explorações e descobertas das minas de ouro da capitania e continuação de estradas para Minas Gerais”, sob pena de confisco dos bens e degredo para Angola e Benguela para aqueles que desrespeitassem tais ordens³⁶. No entanto, mesmo após a determinação metropolitana que pretendia tornar o sertão – pelo menos aquele intermediário a Minas Gerais e Espírito Santo – uma “barreira natural”, algumas entradas foram incentivadas pelas autoridades coloniais. Além disso, alguns aventureiros ávidos em explorar as riquezas minerais partiram do Espírito Santo em expedições não oficiais, desrespeitando as determinações legais e embrenhando-se nas matas.

³³ Oscilações no preço do açúcar e uma produção de alimentos de baixo vulto, incapaz de alcançar vendas em outras capitanias – atravancadas em parte pela viação e navegação deficiente – limitaram a capitalização espírito-santense e consequente expansão de sua produção açucareira.

³⁴ “Em Vitória é extremamente difícil conseguir meios de transporte relativamente úteis, sobretudo mulas e cavalos, o que em parte se explica pelo fato da capital da Província do Espírito Santo estar localizada numa ilha”. TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004, p. 68.

³⁵ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. São Paulo: Editora Univale e Instituto Terra, 2005, p. 29.

³⁶ DAEMON. *Província do Espírito Santo*, 1879, p. 200; Ver também: LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”: conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808*. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, p. 6. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf>. Acesso em 20 mar. 2009.

Embora as expedições, tanto as não oficiais quanto aquelas com respaldo das autoridades coloniais, não resultassem na colonização das áreas exploradas, elas tiveram grande importância – ao menos na ótica dos não-índios, notadamente, das autoridades coloniais e metropolitanas –, no que tange o rol de informações coletadas pelas áreas ainda desconhecidas, resultando em importantes “roteiros sertanistas”. Cartas topográficas, mapas de caminhos primitivos, descrição dos rios e, sobretudo, os contatos e aproximações com grupos indígenas, contribuíram para a composição de um significativo conhecimento sobre os espaços ignotos, o que, por sua vez, foi importante para a posterior dinâmica fronteiriça. Nesse contexto, os aldeamentos jesuítas foram importantes fornecedores de indígenas aliados aos expedicionários e entrantes. Muitos desses indígenas, de certa forma, eram “voluntários”, não sendo, portanto, meros escravos. Contudo, tal voluntariado deve ser entendido dentro do quadro já mencionado de acomodação e resistência, não de mera sujeição.

Diante da dificuldade de rastrear as expedições extraoficiais, valemo-nos apenas das informações contidas nos registros oficiais, ou seja, das expedições sobre controle do governo metropolitano. Como no caso de Brás Esteves Leme, ao qual foi concedido pelo Governador-geral, em trinta de janeiro de 1728, o título de Superintendente de todas as minas que ele descobrisse em suas expedições nas cabeceiras do Rio São Mateus e imediações do Rio Doce.³⁷ Também foram observadas diligências em direção às minas do sertão do mesmo rio e do Arraial de Sant’Ana pelo Sargento-mor da capitania espírito-santense, Pedro Bueno Cacunda.³⁸

As jornadas de Cacunda aconteceram entre aproximadamente 1710 e 1734, tendo ocorrido, nessa última data, uma solicitação de apoio a uma nova jornada negada pelo Conde de Sabugosa.³⁹ Embora na região de Sant’Ana já se encontrassem padres jesuítas, que ali fundaram a Aldeia dos Montes ou das Minas, ainda em princípios do século XVII, com as incursões de Cacunda é que ocorreram grandes deslocamentos de colonos e outros aventureiros em direção ao local. Em 1754, foi elevada à categoria de matriz tendo sido construída uma capela no Arraial Velho das Minas de Sant’Ana. Com o recuo de grande parte dos mineradores e o

³⁷ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil. 3. série; v. 6. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Editora USP, 1989, p. 213; Ver também: OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, p. 191-192.

³⁸ Cf. CARTA do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, ao Rei [D. João V], a informar da diligência no descobrimento das minas em que anda o [Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo], Pedro Bueno [Cacunda] [...], Vila da Vitória, 12 de julho de 1732. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 183; CARTA de Inácio Álvares da Silva, ao Rei [D. João V], a informar da grandeza do descobrimento das minas do sertão do rio Doce e do Arraial de Santa Ana pelo Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo, Pedro Bueno Cacunda, Vila da Vitória, 15 de agosto de 1732. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 189; CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o requerimento de Pedro Bueno Cacunda a respeito de se lhe mandar cumprir a ordem de minerar no sertão da Capitania do Espírito Santo, Lisboa, 16 de dezembro de 1740. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 235.

³⁹ FRANCO. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*, p. 94.

enfraquecimento dos que restaram por desentendimentos entre eles, a incipiente povoação não pôde resistir aos vários ataques dos Purís, que eram impelidos a essa região por frentes de colonos que partiam das Minas Gerais, sendo abandonada em 1771 e só reerguida em 1845, quando ali se instalou o Aldeamento Afonsino. Com a exploração agrícola iniciada em 1848, surgia o povoado de Castelo.

Os ataques dos Purís à região da Serra do Castelo devem ser entendidos dentro de um quadro de pressões que esses indígenas passaram a sofrer a partir da sistemática ocupação da Zona da Mata Mineira, em meados do século XVIII. Nessa perspectiva, devemos relativizar a ideia de “ataque indígena” à referida região. Antes, tais indígenas estavam passando por rearranjos migratórios ocasionados pela ação da sociedade colonial. Com a queda da produção aurífera ocorrida desde meados do século XVIII, ondas migratórias engrossadas por ex-mineradores começaram a partir em direção ao Leste de Minas Gerais, chegando ao território do Espírito Santo.

De qualquer modo, com a descoberta das Minas Gerais, ocorreu um grande recuo das entradas espírito-santenses em direção ao interior. Nas palavras de João Eurípedes Franklin Leal, o Espírito Santo foi transformado em:

[...] uma trincheira de defesa do interior mineiro, evitando qualquer medida ou ação progressiva que atraísse a cobiça estrangeira que prejudicasse a mineração nas Minas Gerais ou que facilitasse o contrabando do ouro. [A Coroa] Proibiu qualquer entrada ou penetração para o interior assim como toda e qualquer ação colonizadora e fixação de habitantes em terras além do litoral, chegando-se ao cúmulo de embargar o uso do canal construído pelos Jesuítas ligando a baía de Vitória a Araçatiba.⁴⁰

O canal supramencionado, também conhecido como Rio Marinho, “era um canal do [Rio] Jucú, à baía de Vitória, que os próprios padres mandaram abrir para facilitar o escoamento da produção entre Araçatiba e [Vitória]”.⁴¹ Construído em 1740, este canal foi o primeiro de que se tem notícia na América Portuguesa, constituindo a primeira transposição de bacias hidrográficas da história do Brasil. Como apontou Leal, logo foi interditado, pois, às vistas da Coroa, o mesmo poderia oferecer problemas ao fisco.

Medidas dessa natureza, se não conduziam ao esvaziamento de colonos das raras regiões interioranas já asseguradas pela ação jesuíta e pela colaboração de indígenas aliados, pelo menos tolhiam as possibilidades de desenvolvimento econômico, dado o embargo às comunicações e

⁴⁰ LEAL. *Economia colonial capixaba*, 1977. Araçatiba foi uma fazenda administrada pelos jesuítas a partir de 1716, em um local onde existia uma residência inaciana fundada em 1556. Atualmente Araçatiba é um Bairro de Viana-ES.

⁴¹ PACHECO, Renato. Os subterrâneos do colégio dos jesuítas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória-ES, n. 50, 1998, p. 395-397.

rotas comerciais. Uma vez que os caminhos eram restritos, restringia-se, assim, o possível deslocamento de ondas de colonização rumo ao Oeste da sede da capitania espírito-santense.

Alianças Interétnicas, Administração Pombalina e o Diretório dos Índios: para se pensar a dinâmica histórica dos povos indígenas

A aldeia jesuíta de Reritiba, no Espírito Santo, foi palco de desentendimentos entre indígenas e missionários na primeira metade do século XVIII, refletindo, também, discórdias entre as autoridades metropolitanas e coloniais. Em 31 de março de 1744, André de Melo e Castro, Conde de Galveas, então vice-rei e Governador do Estado do Brasil, informava o Rei D. João V por meio de correspondência sobre as ordens que os índios da referida aldeia receberam do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras. Segundo Castro, Veras havia insuflado os indígenas a expulsar os jesuítas que ali se achavam. Insatisfeitos com a administração dos padres, que, aliás, já tinham sido substituídos, os índios invadiram a igreja durante uma cerimônia, dizendo “que tinham ido aos Goitacazes falar ao Ouvi.^{or} daquela Cappn.^a Pascoal Ferreira de Veras que ali se achava em correção [e] publicarão trazer ordens dod.^{to} Ouv.^{or} para expulsar os [...] padres”⁴².

Castro ainda advertia o Rei D. João V do perigo que os indígenas ao se assenhorearem-se da Aldeia poderiam trazer, dando “exemplo, econtágio dispostos para a mesma sublevação os Índios das Aldeyas dos Reys Magos, e Cabo Frio, econsequentem.te, os hirão seguindo os mais, e resultarão deste distúrbio gravíssimas consequências”⁴³. Ao que parece, o comando dos aldeamentos pelos jesuítas não estava agradando as autoridades coloniais espírito-santenses nesse momento.

Se, por um lado, o ouvidor da capitania do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, incentivou a sublevação dos índios, por outro, o medo de um grande levante indígena assolou as autoridades coloniais. Ainda de acordo com Castro, mesmo os obedientes índios aldeados pelos jesuítas, “forão são ainda hoje os anteriores do Gentio Barbaro que antes do seo estabelecimento, infestarão todos aqueles dellatados contornos, com mortes, roubos, e insultos [...]”. Se a sublevação continuasse, avisava Castro, os índios antes sob a tutela dos jesuítas poderiam se unir “com aquelles bárbaros”, [e então], “experimentaríamos [os luso-brasileiros] outra guerra ainda mais arriscada do que foi ados Palmares em Pernambuco”⁴⁴.

⁴² CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde de Galveias, ao Rei [D. João V], a informar [...], Bahia, 31 de março de 1744. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 241.

⁴³ CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil]..., doc 241.

⁴⁴ CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil]..., doc 241.

A solução apontada por Castro consistia na imediata prisão dos envolvidos, “Cabeças da sublevação **atte seus dos mesmos** e Índios, **edos outros que onão são** [...]”⁴⁵. Como indica o documento, não se tratava de uma sublevação exclusivamente indígena. A existência de portugueses envolvidos não se resumia ao incentivo do ouvidor Ferreira de Veras. Fica evidente que os lusos participaram ativamente quando Castro diz: “atte seus dos mesmos”, – portugueses, como o Rei D. João V, a quem Castro dirigia o apelo. Não obstante, “edos outros que onão são” aponta para a participação de indivíduos de outras “qualidades”, como negros e demais mestiços.

A sublevação na Aldeia de Reritiba ainda se arrastou por muito tempo. Numa consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, sobre um pedido do padre Manoel Siqueira para o devassamento da dita sublevação em 15 de fevereiro de 1746, o padre apelava para o incremento da violência a fim de sufocar o levante. De acordo com o documento, deveriam proceder “exterminando os cabeças do lugar [...]”⁴⁶. Diferente do que exhibe a literatura e iconografia romântica sobre a obra jesuíta na América Portuguesa, a violência contra o indígena era um expediente amplamente usado pelos padres no contexto da colonização.

Contudo, o mais interessante no documento é a presença de “[...] hum Mulato por nome José de Passos Soldado desertor da Bahia que vive refugiado na aldeia dos Guarulhos da administração dos Padres Capuchos nos Goitacazes [...]”⁴⁷, como um dos cabeças da sublevação, evidenciando alianças de indivíduos de diversas “qualidades” com os índios. Isso nos possibilita repensar a história indígena, não mais limitada aos binômios de oposição, ou aos blocos monolíticos, onde índios geralmente tiveram como “escolhas” resistir ou se submeter aos não-índios.

Em carta ao Rei D. João V, datada de 1750, seis anos depois de Pascoal Ferreira de Veras ter dado ordens aos índios pra expulsar os jesuítas da Aldeia de Reritiba, o então Ouvidor-Geral da capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, descrevia como um índio de nome Manoel Lopes, estabelecido no sítio de Orobo, “há mais de seis annos” exercia uma espécie de direção sobre outros índios, “que separados da Aldeya Reritiba, e administração dos Religiosos da Companhia de Jesus, estão vivendo debaixo [do seu] mando e regência [...]”. De acordo com o ouvidor, Manoel Lopes não permitia a entrada dos bispos no sítio de Orobo, o que

⁴⁵ CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, doc 241. “grifo nosso”.

⁴⁶ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o pedido do Padre Manuel de Siqueira [...], Lisboa, 15 de fevereiro de 1746. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 253.

⁴⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V..., doc. 253.

fez do local, “ponto de muitos criminosos desta Comarca; sendo estes [os índios sob as ordens de Manoel Lopes] talvez osque lhes persuadem aquela dezobed.⁴⁸”

Provavelmente, Gouveia impregnou sua carta com exagero, sobretudo, ao responsabilizar os indígenas sob o mando de Manoel Lopes pelos atos criminosos de indivíduos anônimos. Contudo, podemos perceber que o dito sítio de Orobo, sob o mando do índio Manuel Lopes, foi uma paragem buscada por alguns homens livres pobres do Espírito Santo em meados do século XVIII. Para as autoridades coloniais, a questão deveria ser resolvida de forma categórica. Necessitava ordenar

V. Mg.^e que desta Com.^{ca} seja exterminado odito Índio Manoel Lopes, e seus principays cabeças dadita separação, e ruína, eos mais índios obrigados aviver nasua aldeya, ou em outra qualquer das muitas; que há neste estado administradas por pessoas Relligiosas, que lhes sabem alingoa.⁴⁹

Vemos que mesmo os ouvidores mencionados da capitania do Espírito Santo não mantinham posturas sobre a administração dos aldeamentos em acordo. Enquanto Pascoal Ferreira de Veras incitava os indígenas a se sublevarem contra os jesuítas em 1744, Bernardino Falcão de Gouveia clamava ao Rei em 1750, que fossem tomadas medidas enérgicas contra o índio Manoel Lopes e seus aliados. Os indígenas a princípio foram coligidos por Veras para expulsar os jesuítas da aldeia de Reritiba, mas depois, muitos desses mesmos indígenas buscaram apoio de outros índios – e não-índios – no sítio de Orobo. Aumentando sua força, índios e não-índios articularam seus interesses e, como evidencia a correspondência, causaram grande desconforto entre as autoridades locais que, aliás, já tinham sido prevenidas em 1744 pelo Conde de Galveas sobre o possível *contágio* entre os indígenas. De qualquer modo, é bem possível que a capacidade de rearticulação de alianças entre indígenas e entre esses e os não-índios tivesse sido subestimada pelas autoridades coloniais, ávidas, muitas das vezes, em defender seus próprios interesses. Nesse quadro de instabilidade política, os indígenas constantemente tinham sua capacidade de negociação, articulação e rearticulação colocadas à prova.

O documento mencionado permite um novo olhar sobre a mobilização da coletividade indígena. Além de expulsar os jesuítas e impedir o acesso dos bispos à nova aldeia, o índio Manoel Lopes e seus seguidores não reconheceram a autoridade do governo colonial. Tal ação reflete muito mais do que um ato de rebeldia, apontando para um importante aspecto das experiências vivenciadas por estes indígenas. Liderados por Manoel Lopes, indígenas e não-

⁴⁸ CARTA do Ouvidor-geral da Capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, ao Rei [...], Vila da Vitória, 25 de junho de 1750. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 300.

⁴⁹ CARTA do Ouvidor-geral da Capitania do Espírito Santo..., doc. 300.

indígenas associaram-se contra a ordem vigente, apontando para a existência de uma complexa rede de sociabilidades dentro do universo colonial, que visava atender os mais diversos interesses.

A presença dos padres jesuítas nas aldeias indígenas não se alargou para além da década de 1750. Em 07 de junho de 1755, um Decreto Régio criando o “Diretório dos Índios” deitou fim na administração temporal que os padres detinham sobre os indígenas aldeados no Pará e Maranhão. Três anos mais tarde, as mesmas determinações estenderam-se a toda a América Portuguesa. No contexto das Reformas Pombalinas, sucederam-se esforços para colocar os interesses da Coroa acima de possíveis ambições particulares, numa clara tentativa de sanar o longo embate entre colonos e os religiosos.⁵⁰ De acordo com o Decreto,

[fica] sendo proibido por Direito Canônico a todos os Ecclesiasticos, como Ministros de Deos, e da sua Igreja, misturarem-se no governo secular, que como tal he inteiramente alheio das obrigações do Sacerdócio; e a que ligando essa prohibiçao muito mais urgentemente os Parocos das Missões de todas as Ordens Religiosas; e contendo muito maior aperto para inhibirem, assim os Religiosos da Companhia de Jesus.⁵¹

Ocorriam as primeiras interferências do período pombalino nos trabalhos desenvolvidos pelos jesuítas nas aldeias indígenas. A partir de então, seriam nomeados pelo Governador e Capitão-general de cada capitania os “Diretores” responsáveis pela administração dos índios. Dentre as várias medidas contidas neste Decreto, não se pode deixar de mencionar o esforço do governo no sentido de suprimir a língua indígena, tornando o idioma português exclusivo e obrigatório em todos os aldeamentos. No bojo de uma vasta estratégia “civilizatória” empregada por Pombal, tal medida também afirmava o domínio português sobre os seus súditos pela imposição da língua do colonizador.⁵² Quatro anos depois, em 03 de setembro de 1759, o

⁵⁰ CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2ª Ed. Rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p.133. Embora a ação jesuíta no período colonial esteja ligada ao projeto metropolitano de expansão da fé católica e do Império Português, no qual, a cristianização atribuída ao Império Português a racionalização e, sobretudo, a justificativa ideológica do processo de conquista colonial, não foram incomuns os relatos de desmandos e maus procedimentos desses padres que, em não raras vezes, colocaram suas ambições particulares acima dos interesses metropolitanos e, principalmente, acima de sua “lealdade” diante das populações indígenas.

⁵¹ *Decreto Régio de 07 de Junho de 1755 visando a criação do Diretório dos Índios em substituição do ensino jesuíta*. Extraído de: Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>. Acesso em 07 fev. 2008. Ver também: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um Projeto de “Civilização” no Brasil do Século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

⁵² Para maior aprofundamento nas questões relativas ao problema da língua indígena ver: POMPA. *Religião como tradução* (especialmente o segundo capítulo em *Linguagens e Traduções*) e CASTELNAU-L'ESTOILE. *Les ouvriers d'une vigne stérile*. Se, por um lado, os jesuítas acreditavam que a evangelização dos indígenas só poderia ser realizada por intermédio da língua nativa, ou ainda, como ocorreu em sua grande parte, por meio de uma língua híbrida (a Língua Geral), por outro, a imposição da língua portuguesa aplicada pela política pombalina em meados do século XVIII, visava alcançar os indígenas, muitas das vezes já evangelizados ou em processo de evangelização dentro dos aldeamentos. Sendo assim, podemos entender o processo “civilizatório” desencadeado sobre os indígenas como um processo de longa duração pelo qual deveria ocorrer, antes, a sua evangelização.

Marquês de Pombal expulsou os jesuítas da metrópole e das colônias, confiscando todos os seus bens.⁵³

O Diretório dos Índios tinha como principais ações: a proibição do uso nos aldeamentos de qualquer língua que não fosse o português; a obrigatoriedade de todo aldeamento possuir uma escola, com um mestre para os meninos e outro para as meninas; a proibição da nudez e das habitações coletivas; a criação de sobrenomes portugueses para os índios; o incentivo ao processo de mestiçagem; a transformação progressiva de muitos aldeamentos em povoações e vilas.⁵⁴ A escravização indígena tornou-se ilegal, embora na prática tenha figurado como letra morta em muitos casos, e os casamentos entre portugueses e índias estimulados. Os índios antes aldeados passaram a ser declarados como *administrados*⁵⁵, e o esforço de assimilação do índio teria, sobretudo, o escopo de fazer dele um agente povoador das regiões interioranas, bem como, adequá-lo à lógica produtiva de então. Não obstante, pretendeu-se atenuar o que os luso-brasileiros erroneamente acreditavam ser uma inferioridade indígena, “misturando-os” aos não-índios. Esse processo de miscigenação dos povos indígenas, acelerado pelo regime dos Aldeamentos Régios, provocou, em certa medida, reflexo negativo para esses povos que passaram a ser entendidos como “caboclos”, não tendo sua ancestralidade indígena reconhecida. Deste modo, estariam desprovidos dos direitos assegurados por lei, sobretudo direitos ligados às suas terras. Soma-se a isso, o constante desrespeito àqueles que tinham a sua etnicidade indígena reconhecida. Se por um lado é importante entendermos processos históricos que culminam com a atual espoliação dos territórios ancestrais indígenas e a negação de seus direitos, por outro, e mais importante, devemos abandonar a ideia de “índio primitivo”, de cultura originária e, no lugar, pensar a capacidade de reformulação identitária indígena.

Considerações finais

O fim dos trabalhos dos jesuítas nos aldeamentos do Espírito Santo causou um novo abalo no já há muito agitado sistema organizacional indígena. Por sua vez, também possibilitou novos rearranjos de acordo com os interesses em jogo. A ação dos novos Diretores também não

⁵³ *Lei de 03 de setembro de 1759, expulsando os Jesuítas e proibindo a comunicação com os mesmos.* Extraído de: Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>. Acesso em: 07 fev. 2008.

⁵⁴ Ver: FREIRE, Jose Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro.* Programa de estudos dos povos indígenas. Departamento de Extensão/SR-3/UERJ, 1997; HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org) *Historia geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, Tomo I, 1960, p. 4. Sobre a estratégia de supressão das diferenças e o empenho em homogeneizar a sociedade brasileira já na segunda metade do século XIX, ver: MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas.* Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 389-391.

⁵⁵ HOLANDA. *Historia geral da civilização brasileira*, p. 4. No referido texto existe certo exagero quando o autor fala sobre “[...] incentivar o progresso e mesmo a felicidade dos povos subjugados”. O que aconteceu na prática foi a percepção de que os povos indígenas prestariam melhores serviços como aliados e não como escravos.

proporcionou garantia alguma para os índios, visto que muitos colonos eram estimulados a se fixarem entre os indígenas “mansos”. Não demorou muito, passaram a usurpar as terras dos índios e submetê-los a trabalhos forçados. Diante dessa situação, muitos índios revoltaram-se, abandonando os Aldeamentos Régios. Quando o naturalista francês Saint-Hilare esteve no espírito Santo em 1808, relatou como a sesmaria de Benevende (antiga missão de Reritiba), estava sendo ocupada por luso-brasileiros. Segundo o viajante, os governadores do Espírito Santo, por meio de procedimentos ilegais, desrespeitavam os direitos indígenas sobre a terra.⁵⁶ Talvez isso possa explicar o interesse do ouvidor do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, em incentivar a sublevação indígena na aldeia de Reritiba em 1744. Sem a presença dos jesuítas, ficaria mais fácil expulsar os indígenas, ou ainda, explorar sua mão de obra por meio justificativas que se baseavam na “rebeldia” indígena, numa tentativa de controlar as terras destinadas à referida aldeia, que, aliás, encontrava-se em terrenos férteis.

Podemos notar que, pelo menos até meados do século XIX, conquistar as terras dos índios, expulsando-os simplesmente de seu território, não era um expediente muito eficaz usado pelo governo colonial. Para que as novas áreas deixassem de ser apenas assinaladas pela cartografia, tornando-se ocupações efetivas, era muito importante o apoio dos grupos indígenas, principalmente na defesa e manutenção destes locais.⁵⁷ No contexto colonial, tal defesa, em sua maioria, era contra outros grupos indígenas resistentes à nova lógica apresentada pelos não-índios, para não dizer imposta. Contudo, e muito importante, não se trata de resumirmos essa interpretação à história de índios que ajudaram os não-índios no devassamento de suas próprias paragens. O processo é bem mais complexo. Trata-se de um esforço no sentido de melhor entender a formação do território e, sobretudo, do povo brasileiro no qual os indígenas ocupam um importante papel, como sujeitos ativos e não como meros apêndices do processo histórico.

Ainda hoje estamos perante um complexo jogo de interesses onde direitos e garantias, sobretudo aqueles ligados à questão agrária, podem ser ou não assegurados diante da observação de sinais que remetam a uma ancestralidade indígena. Neste sentido, a identidade étnica adquire grande importância. Novos critérios de reconhecimento da identidade indígena, sobretudo reconhecendo a dinâmica histórica destes povos, devem ser entendidos pelos operadores do direito e agentes do Estado, bem como por pesquisadores e educadores. Contrariando trabalhos que abordavam a história indígena numa perspectiva do extermínio, pautados por dados demográficos pouco confiáveis, a chamada “emergência” indígena (crescimento demográfico

⁵⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 43, p. 153-169, 2002. P. 156.

⁵⁷ A efetiva ocupação do interior espiritosantense só se daria a partir da segunda metade do século XIX, com a progressiva introdução de imigrantes estrangeiros.

indígena) de povos até então entendidos como extintos e o complexo jogo de afirmação política do qual fazem parte tem exigido um novo olhar sobre o papel do índio dentro dos processos históricos. Agora, não mais como um ator “carregado a reboque”, mas como sujeito capaz de estabelecer a história em seus próprios termos.

Recebido em: 25/03/2014

Aceito em: 29/07/2014